



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº
004/2024 – DECOMP/DA

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conservação, manutenção corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, na forma estabelecida nas planilhas do catálogo de composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para Mobiliário Urbano de esporte, lazer e passagens de pedestres subterrâneas, em diversos locais do Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico e Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

O presente procedimento licitatório tem como objeto Registro de Preços visando eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, relativos a manutenções corretivas, incluindo remoção, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, para atendimento aos Mobiliários Urbanos de esporte, lazer e passagens de pedestres subterrâneas, situados em diversos locais do Distrito Federal, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico e Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico nº 004/2024 – DECOMP/DA teve o seu edital publicado no dia 23 de maio de 2024, com abertura do certame prevista para o dia 07/06/2024 às 9hs.

Foi apresentado a seguinte impugnação, conforme Doc. SEI/GDF nº 142311871.

2. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

A Recorrente, em suas Razões pugna por:

II – DA DESNECESSIDADE DE ATESTAÇÃO TÉCNICA QUANTO AO ITEM “JUNTA DE DILATAÇÃO COM SELANTE ELÁSTICO A BASE DE POLIURETANO 3MM”.

4. Ao compulsar o edital da licitação em comento, notadamente o item “3” das exigências técnicas, observa-se que dentre os requisitos para a qualificação técnica, está o item “JUNTA DE DILATAÇÃO COM SELANTE ELÁSTICO A BASE DE POLIURETANO 3MM”

5. Todavia, não faz o sentido lógico que este item (junta) seja exigido, vez que se trata de item de pequena proporção que não deve constar nas exigências de atestação técnica contidas no Edital em Referência, sob pena de violar o princípio da isonomia e ampla concorrência.

6. Trata-se de parcela de baixíssima relevância, o que poderá ser cabalmente comprovado por meio de diligência ao setor técnico do órgão licitante, de maneira que seja informado para esta i. autoridade o ínfimo percentual que tal item representa na obra, motivo pelo qual merece seja excluído do edital.

III – DA CONTRADIÇÃO ENTRE DISPOSITIVOS DO EDITAL E DO PROJETO BÁSICO QUANTO AO TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO ÀS MEs/EPPs.

7. Analisando o disposto no item 2.4.6 e seus subitens 2.4.6.1 e 2.4.8.2 do Edital, verifica-se que os mencionados dispositivos asseguram, como critério de desempate, a preferência de contratação para as empresas de pequeno porte, estabelecendo, inclusive, o percentual de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, vejamos:

“2.4.6 Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as empresas de pequeno porte.

2.4.6.1 Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

...

2.4.8.2 No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.” (grifou-se)

8. Entretanto, contrariando ao disposto nos itens acima citados, o Projeto Básico da licitação menciona expressamente no seu quadro de número 2.8 (pág. 04), que não há previsão de tratamento favorecido e diferenciado às MEs/EPPs, em razão do objeto não se enquadrar na categoria de licitação exclusiva, vez que o valor do objeto supera R\$80.000,00, repare:

“2.8. TRATAMENTO FAVORECIDO À MICRO E PEQUENASEMPRESAS
(...)”

Não há previsão de tratamento favorecido e diferenciado às MEs/EPPs em razão do objeto não se enquadrar nas seguintes categorias:

Licitação exclusiva: o valor do objeto supera R\$80.000,00;

Cotas reservadas a entidades preferenciais: os diversos componentes do objeto configuram-se como um conjunto indissociável, com etapas executadas de forma sincronizada visando o cumprimento do

cronograma com a qualidade e delimitação de responsabilidade técnica do objeto;

(...)” (grifou-se)

9. Nesse passo, resta evidente a existência de contradição entre o que determina o Edital face às disposições do Projeto Básico, de maneira que entendemos ser mais pertinente e acertado prevalecer o disposto no Projeto Básico uma vez que não cabe aplicar os benefícios da Lei Complementar 123/2006 nos lotes acima do valor limite de enquadramento para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10. Diante do contexto em tela, é notória a existência de diversos elementos que proporcionam benefícios para as ME e EPP, principalmente quando se trata de contratos celebrados com a Administração Pública.

11. Todavia, a aplicação desmedida de benefícios em prol de ME e EPP, muitas vezes além daquilo estipulado pela legislação, proporcionaram diversos prejuízos ao interesse público, circunstâncias que conduziram o legislador e os administradores a adotarem cautela na aplicação de tais benesses e, com isso, foram criados diversos requisitos.

12. Assim sendo, apenas a título de comparação, o legislador, atento aos severos prejuízos enfrentados pela administração pública, após caloroso debate que perdurou por muitos anos, trouxe o parágrafo primeiro do artigo 4º da Lei 14.133/21 em que destacou a impossibilidade de aplicação dos benefícios concedidos às EPP's nos artigos 42 a 46 da LC123/06 quando o “valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte”, veja:

Art. 4º. (...) § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

13. Sobre este tema, Marçal Justen Filho, com a propriedade que lhe é peculiar e de forma bastante objetiva¹ destacou em sua doutrina a superação da antiga Lei de Licitações e Contratos e a inaplicabilidade desses benefícios quando a pessoa jurídica auferir renda superior ao limite estipulado pela LC123/06, veja:

4) O afastamento de controvérsia quanto ao valor contratual (§ 1.º)

O art. 4.º, § 1.º, dirimiu controvérsia relacionada a contratações de valor superior ao limite de enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

4.1) Limite de receita bruta

A LC 123/2006 estabeleceu uma pluralidade de exigências para a fruição dos benefícios por ela consagrados. A exigência fundamental relaciona-se à receita bruta anual das empresas de pequeno porte, a qual deverá ser superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 e a das microempresas essa receita deve corresponder até R\$ 360.000,00. Mas há uma série de outros requisitos, contemplados no art. 3.º do referido diploma.

4.2) Contratações com valor individual superior ao limite A Lei 14.133/2021 determinou a não aplicação do regime preferencial em licitações e contratações cujo valor individual for superior ao limite máximo previsto para enquadramento como empresa de pequeno porte. Essa regra se aplica tanto para aquisição de bens ou serviços em geral como para obras e serviços de engenharia. Essa determinação afasta o entendimento de que a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá auferir os benefícios do regime diferenciado relativamente a contratação específica, cujo valor supere o limite de enquadramento e de que tais benefícios deixariam de ser reconhecidos apenas em relação a futuras contratações.

4.12) A ausência de vedação à participação O atingimento do limite de valor não implica a vedação à participação do sujeito na licitação. Apenas acarreta o afastamento da incidência do regime preferencial estabelecido. Então, o sujeito poderá disputar a licitação, mas em igualdade de condições com os demais licitantes.

14. Ainda, é importantíssimo salientar que, para determinados temas, o próprio regulamento desta pessoa jurídica reconhece a imprescindibilidade de aplicação da Lei 8.666/93 que, diante da notória revogação por intermédio da Lei 14.133/21, passa a aplicar as regras desta última lei, veja:

“Art. 1º Fica instituído o REGULAMENTO de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP (...)

§1º Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos por este REGULAMENTO as normas de direito penal contidas nos arts. 89 a 99 e o critério de desempate contido no §2º do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como todos os demais dispositivos da norma, a fim de suprir lacunas existentes na Lei nº 13.303/2016 e neste REGULAMENTO.”

15. Portanto, apesar de a doutrina afastar a aplicação de benefícios às EPP's e ME's quando participarem de licitações com valores superiores aos limites estabelecidos pela própria LC123/06, a Lei 14.133/21 é clara ao VEDAR a concessão de benefícios quando “às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.”

16. Não é demais recordar que a Constituição Federal, no art. 22, XXVII, estabeleceu expressamente que compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, veja:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

17. Nesse sentido, os demais entes podem legislar especificamente sobre licitações e contratos, EXCETO quando ultrapassar limites e requisitos gerais estabelecidos pela norma de aplicabilidade nacional (não apenas federal e destinada exclusivamente à União).

18. Ocorre que, a despeito do que disciplina a legislação pertinente à

matéria que EXPRESSAMENTE veda a aplicação de benefícios exclusivos à EPP nas “licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte”, os itens 2.4.6, 2.4.6.1 e 2.4.8.2 do edital estão na linha diametralmente oposta àquilo que determinou o legislador.

19. Para tanto, como as disposições dos supracitados itens contrariam diretamente o que disciplina a lei, devem ser devidamente extirpadas do edital, sob pena do cometimento de gravíssima ilegalidade.

20. Ademais, eventuais normas editadas pelo Distrito Federal, seja por intermédio de Decreto e/ou Lei, com imensurável respeito, para fins de respeito ao mandamento constitucional já citado e em relação às normas que norteiam sobre a antinomia, é patente que não pode o ente local, seja por qualquer ato, dispor de forma que viole aquilo que foi estabelecido como regra geral pelo ente competente (in casu, a União) que VEDOU a aplicação dos referidos benefícios quando EPP e/ou ME participarem de “licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte”.

21. Portanto, o acolhimento das razões acima expostas de modo a afastar a aplicação dos itens 2.4.6, 2.4.6.1 e 2.4.8.2 é medida que se impõe, bem como, para que seja ajustado o texto do Edital para admitir “somente os Lotes que não desenquadre a condição de microempresa e empresas de pequeno porte”.

IV – DA DIVERGÊNCIA ENTRE PLANILHAS REFERENTES À FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMATIVO GLOBAL DE CADA LOTE.

22. Ao analisarmos o item 2.12, contido no quadro do Projeto Básico (pág. 06), relativo ao valor estimado para a contratação no caso de orçamento não sigiloso, entendemos que o processo de formação do preço estimativo global de cada Lote não está claro.

23. Observamos uma mistura de planilhas, uma com desoneração da folha de pagamento (13878827) e outras sem a desoneração da folha de pagamento (138789175 e 138789639).

24. Não é especificado qual tipo de planilha orçamentária será usado em cada Lote, nem a quantidade aplicada, o que dificulta a formação de descontos pelos licitantes devido à falta de informação sobre qual planilha será usada.

25. Nesse passo, é de suma importância proceder à reformulação da Tabela 1 (Estimativa), para que seja detalhado qual planilha estimativa e quantas unidades de cada uma serão aplicadas na formação do preço **de cada Lote**, uma vez que será obrigatório a apresentação das planilhas orçamentárias **conforme o item 9.1 do Projeto básico**.

26. Ainda nesta linha de raciocínio, é de extrema importância que seja adotada uma única opção de recolhimento da seguridade social pela proponente, facilitando a formação de descontos e o gerenciamento dos preços, dado o desafio apresentado pelas planilhas com e sem desoneração da folha de pagamento na mesma formação de valor por Lote.

27. Como cediço, não pode o agente público exigir nas licitações requisitos de que superem e/ou não são compatíveis com o objeto licitatório, sob pena de ferir diversos preceitos basilares como a legalidade, isonomia-igualdade, imparcialidade, moralidade, competitividade, além de possível configuração de abuso de poder.

28. Sendo assim, torna-se imprescindível que seja devidamente aclarado o processo de formação do preço estimativo global de cada Lote, bem como, que seja adotada uma única opção de recolhimento da seguridade social pela proponente, facilitando a formação de descontos e o gerenciamento dos preços.

V – DO NECESSÁRIO EFEITO SUSPENSIVO

29. Por todo o cuidadosamente exposto, infere-se que diversos elementos merecem a necessária atenção desta i. autoridade administrativa, de modo que, para fins de segurança jurídica e para preservar princípios da isonomia, legalidade, moralidade, publicidade, dentre outros, torna-se indispensável que o recebimento da presente seja mediante a concessão do EFEITO SUSPENSIVO para posterior republicação do edital ou de um novo edital, o que compreende mais adequado diante dos vícios contidos.

VI – CONCLUSÃO

30. Por todo o cuidadosamente exposto, requer:

a) O recebimento da presente impugnação e a necessária concessão de efeito suspensivo até ulterior decisão definitiva prolatada;

b) No mérito, requer o acolhimento das razões expostas de modo a:

b.1) Dispensar exigência de qualificação técnica relativa ao item “JUNTA DE DILATAÇÃO COM SELANTE ELÁSTICO A BASE DE POLIURETANO 3MM” pois é um percentual ínfimo diante da totalidade do objeto a ser executado.

b.2) Afastar a aplicação dos itens 2.4.6, 2.4.6.1 e 2.4.8.2 é medida que se impõe, bem como, para que seja ajustado o texto do edital para admitir “somente os Lotes que não desenquadre a condição de microempresa e empresas de pequeno porte”.

b.3) Aclarado o processo de formação do preço estimativo global de cada Lote, bem como, que seja adotada uma única opção de recolhimento da seguridade social pela proponente, facilitando a formação de descontos e o gerenciamento dos preços.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (SEI nº 142312185).

Em resposta, a área técnica exarou a Despacho NOVACAP/PRES/DE/DETEC (SEI nº 142665908) nos seguintes moldes:

Do Pedido 01: Solicita retirar a exigência de qualificação técnica relativa à execução das juntas de dilatação.

Manifestação: Em resposta ao questionamento acerca da Junta de Dilatação com Selante Elástico a base de Poliuretano, esclarecemos:

Não se trata de relevância financeira, mas sim de um serviço que possui enorme relevância técnica e que é essencial na realização de manutenção

em pisos de concreto de quadras poliesportivas, dentre outros.

Considerando que a execução das juntas de dilatação é realizada em busca de se evitar ou minimizar o surgimento de trincas e fissuras oriundas do trabalho natural do material, proveniente de variação térmica, se faz imprescindível a sua vedação com material flexível apropriado, visando evitar infiltrações e garantir o aumento da vida útil do equipamento público.

Dessa forma, entende-se razoável a exigência do atestado técnico de execução na quantidade de 1.200 metros, diante da quantidade total prevista de 134.800 metros. Assim sendo, manteremos a comprovação da exigência solicitada.

Do Pedido 02: Aplicar o regime preferencial às Empresas de Pequeno Portes somente em Lotes que mantenham o enquadramento das mesmas na situação de EPP's.

Manifestação: Manter a redação constata do item 2.4 DA Participação das Empresas de Pequeno Porte do Edital (141575236).

Do Pedido 03: Solicita indicação de qual planilha estimativa de preço considerar para oferecimento do desconto na tabela.

Manifestação: Considerando que os serviços orçados (quadras, serviços gerais e passagens de pedestres) serão executados em demandas diferentes, a administração pública deve realizar os seus orçamentos nos dois cenários (com e sem desoneração) e aplicar aquele mais vantajoso.

Assim, para a manutenção das quadras de esportes verificamos maior vantagem na planilha com Desoneração e para os demais serviços ficou mais vantajoso a adoção das planilhas Sem Desoneração.

Ante o exposto, visando retratar a realidade do que será aplicado, a empresa deve, para fornecer o desconto de interesse:

1 - Observar os três serviços de maneira individual (manutenção em Quadras, Serviços Gerais e Passagens de Pedestres).

2 – Verificar na planilha do Doc. SEI/GDF nº 138686623 a quantidade prevista para execução dos serviços em cada lote, detalhadas nas planilhas mencionadas do item 2.12 do Projeto Básico.

3 – Ofertar um percentual único de desconto no lote de interesse. Sabendo que, na oportunidade de cada demanda, será realizado o mesmo caminho: realização das planilhas nos dois cenários e aplicação do mais vantajoso para a Administração Pública.

4. CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo **não acolhimento** da Impugnação ao Edital, pela inaplicabilidade de sua alegação.

A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes

endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP)
e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras Interino(a)**, em 06/06/2024, às 09:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **142715638** código CRC= **39AFF768**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br